

Clipping de Notícias Comércio Exterior 30 de março de 2016



Brasília
2016



2016. Federação das Indústrias do Distrito Federal – Sistema Fibra

Todos os direitos reservados.

Informações e contatos

Federação das Indústrias do Distrito Federal – Sistema Fibra

Instituto Euvaldo Lodi – IEL/DF

Centro Internacional de Negócios – CIN/DF

SIA Trecho 3/4 Lote 225

Telefone: (61) 3362-6122

Site: www.sistemapibra.or.br

Presidente do Sistema Fibra

Jamal Jorge Bittar

Diretor Secretário

Paulo Eduardo M. de Ávila e Silva

Superintendente do IEL/DF

Cláudio Rodrigues Tavares

Centro Internacional de Negócios

Gerente

Viviane Brunelly Tavares Ribeiro

Equipe técnica

José Fernando Dantas de Sousa



Sumário

CNI

Agenda da OMC deve ser pragmática e incorporar novos temas, recomenda CNI	4
Brasil não pode depender da taxa de câmbio, diz Roberto Azevêdo	5
9 causas da baixa integração logística na América do Sul	7

MDIC

Brasil assina acordo com OMC que reduz custo de transações comerciais em 14,5%	9
Brasil e EUA negociam medidas de facilitação de comércio.....	10

Valor Econômico

Dólar eleva competitividade de comercializáveis	11
---	----

Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Kátia Abreu propõe isenção de PIS/COFINS para importação de milho.....	12
--	----

Apex-Brasil

Brasil expõe tecnologia para mineração na Expomin 2016.....	13
---	----



Agenda da OMC deve ser pragmática e incorporar novos temas, recomenda CNI

Fonte: CNI

Data de publicação: 29/03/2016

Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que a Organização Mundial do Comércio (OMC) avance na negociação sobre temas que hoje não são parte da Rodada Doha. Exemplo disso é a regulamentação para atuação das empresas estatais no comércio internacional, a criação de regras para investimentos e a transparência na elaboração de padrões e regulamentos técnicos para a indústria. A CNI elaborou agenda com 12 temas prioritários para a indústria nas negociações da OMC, além de propostas para mudança do processo negociador e que foram apresentadas ao governo brasileiro, conforme noticiado pela CNI.

Leia em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2016/03/1,85013/agenda-da-omc-deve-ser-pragmatica-e-incorporar-novos-temas-recomenda-cni.html>



Brasil não pode depender da taxa de câmbio, diz Roberto Azevêdo

Fonte: CNI

Data de publicação: 29/03/2016

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, afirmou que o comércio internacional pode despontar como uma boa notícia para vários setores da economia brasileira, especialmente neste momento tão adverso do país. Segundo ele, é necessário, contudo, ter uma estratégia de inserção de médio e longo prazo e não depender da taxa de câmbio. Por isso, a ratificação do Acordo de Facilitação de Comércio, que reduz os custos aduaneiros, é essencial. O Brasil é o 72º país membro da OMC a ratificar o tratado. Ele entrará em vigor quando os parlamentos de 108, dos 161 membros, aprovarem a medida.

Segundo Azevêdo, ao assumir o compromisso internacional nessa área, o Brasil melhora o ambiente para que suas empresas participem de maneira mais competitiva no cenário internacional e permite que o comércio seja parte integrante dessa estratégia de maior inserção do Brasil na economia mundial. “Sei dos elevados custos do comércio internacional para as empresas brasileiras. Eles são um freio para produção e para a geração de empregos”, disse Azevêdo. Ele participou de um encontro com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, presidentes das federações estaduais de indústrias e de associações setoriais, na sede da entidade, em Brasília, nesta terça-feira (29).

Andrade lembrou que as reformas estruturais são necessárias, mas que o setor privado defende, também, uma maior inserção do Brasil no mercado internacional, com foco em comércio e investimentos. “É o melhor caminho para a retomada do crescimento econômico e do ganho de competitividade para o setor industrial”, explicou.

ACORDO DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO – Esse acordo busca padronizar procedimentos administrativos aduaneiros reduzindo o tempo e custo para a mercadoria cruzar a fronteira. A OMC calcula uma redução de custo médio no mundo de 14,5%. Para os países em desenvolvimento, isso significa um adicional de exportação em torno de US\$ 750 bilhões. O Brasil já está implementando medidas do acordo como Portal Único. O Acordo também prevê a criação de um Comitê Nacional de Facilitação de Comércio, com participação do setor privado, para acompanhar a implementação.

PORTAL ÚNICO – O programa Portal Único de Comércio Exterior reformula os processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro. A expectativa do setor privado é que, com a reformulação, se estabeleçam processos mais eficientes, harmonizados e integrados entre todos os intervenientes públicos e privados no comércio exterior. Segundo o Banco Mundial, o prazo médio para a



exportação de mercadorias nos portos brasileiros é de 13 dias, enquanto as importações levam, em média, 17 dias. Traduzido em custos, os atrasos significam um imposto adicional de 13,02% para as exportações do Brasil e de 14,2% para as importações. De acordo com estudo de impacto do Portal Único de Comércio Exterior realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido da CNI, essa única medida de facilitação de comércio representará um ganho adicional de US\$ 23,8 bilhões em 2017, quando o programa estará finalizado, podendo alcançar cerca de US\$ 75 bilhões no longo prazo, devido aos estímulos dinâmicos causados na economia.

Leia em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2016/03/1,85022/brasil-nao-pode-depender-da-taxa-de-cambio-diz-roberto-azevedo.html>



9 causas da baixa integração logística na América do Sul

Fonte: CNI

Data de publicação: 29/03/2016

Nas últimas décadas, os governos dos países da América do Sul vêm se comprometendo politicamente com iniciativas para interligar o continente, mas poucos resultados concretos são observados. Programas como a Integração da Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) estruturaram uma lista de projetos prioritários. No entanto, o ritmo de implementação tem sido baixo – apenas 4,5% do investimento nos 100 projetos foi concluído até 2014.

O estudo da CNI Desafios para a Integração Logística na América do Sul, divulgado este mês, recomenda que o processo de integração seja conduzido com mais pragmatismo e vontade política, priorizando a coordenação bilateral em projetos de corredores de exportação, com a participação direta da iniciativa privada. Entre as causas que emperram a ligação entre nações sul-americanas, estão a falta de recursos, o desnível de renda entre países e a distinção entre prioridades. Confira as causas apontadas pelo estudo para a baixa integração logística na América do Sul e as possíveis soluções

1. Falta de recursos técnicos e financeiros

Os programas voltados para a integração sul-americana carecem de pessoal e de verbas financeiras para colocar em prática projetos ambiciosos. A recomendação do estudo da CNI é que o programa de integração seja repensado para focar em objetivos que sejam mais viáveis. Há experiências concretas e esforços internacionais em curso na área de aduanas, por exemplo, que poderiam ser adotados na América do Sul sem a necessidade de grandes investimentos e com resultados no sentido de reduzir custos de frete e aumentar a frequência de viagens.

2. Acordos conflitantes

O excesso de acordos e as divergências entre normas regionais, nacionais e binacionais dificultam a atuação dos órgãos públicos e a atuação das empresas. A harmonização regulatória e a simplificação de procedimentos aduaneiros ajudariam no processo de integração.

3. Assimetrias regulatórias/institucionais e conflitos entre operadores de transportes

As regulações heterogêneas dificultam a realização de investimentos e limitam a utilização da infraestrutura já disponível. Além disso, a existência de conflitos de interesse entre os diferentes operadores de transporte, em países e modais distintos, dificulta a superação dos problemas de logística entre países. A remoção das barreiras que restringem a concorrência nos serviços de transporte de carga deve ser uma prioridade.



4. Organização exclusivamente governamental

A IIRSA e o Cosiplan funcionam como extensões dos governos nacionais, com pouca ou quase nula participação do setor privado ou da sociedade civil. Tais programas são extremamente dependentes dos orçamentos estatais. As fortes assimetrias, diferenças institucionais e o histórico de crises políticas precisam ser superados como condição para que os projetos prioritários saiam do papel.

5. Políticas externas inadequadas

A falta de autonomia e a fraca estrutura organizacional de programas de integração logística na América do Sul são resultado de políticas externas inadequadas.

6. Países com prioridades diferentes

Nem todos os países sul-americanos dão igual prioridade à construção de um “projeto regional”. Uma iniciativa importante seria focar o esforço inicial em um grupo menor de países com objetivos, modelos econômicos e níveis de desenvolvimento mais semelhantes.

6. Nacionalismo e protecionismo

Se, de um lado, Chile, Colômbia e Peru têm postura relativamente aberta em relação ao comércio exterior e à realização de acordos de livre comércio com outros países, Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela têm visões mais protecionistas. O nacionalismo tem favorecido os interesses voltados à preservação de reservas de mercado nacional para grupos já estabelecidos e dificultado a criação de um mercado regional de transporte de carga.

8. Desníveis de renda e desequilíbrio entre custos e benefícios

Os esforços para a integração no continente sofrem obstáculos devido a grande assimetria de renda e tamanho entre os países. Dessa forma, fez-se necessária a criação de mecanismos compensatórios para que a distribuição dos custos e benefícios de um projeto de infraestrutura entre duas ou mais nações seja mais equitativa. É importante também que as partes com mais recursos assumam papel de protagonismo na execução das obras de integração.

9. Foco político reduziu prioridade dada a gargalos econômicos

O eixo central de atuação da Unasul é a concertação política e geopolítica, e não a questão comercial da América do Sul. Recomenda-se que o processo de integração seja conduzido com mais pragmatismo, mais vontade política e menos politização.

Leia em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2016/03/1,84548/9-causas-da-baixa-integracao-logistica-na-america-do-sul.html>



Brasil assina acordo com OMC que reduz custo de transações comerciais em 14,5%

Fonte: MDIC

Data de publicação: 29/03/2016

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, participou nesta terça-feira de reunião no Palácio do Planalto com a presidenta Dilma Rousseff e o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevêdo.

Durante o encontro, a presidenta Dilma Rousseff assinou o instrumento de ratificação do Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). O acordo vai diminuir o custo das transações comerciais com outros países em torno de 14,5%, além de tornar as exportações brasileiras mais competitivas.

Segundo o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, o instrumento “é uma bela sinalização para o mundo de que o Brasil quer se modernizar, quer se inserir mais no comércio internacional e na economia mundial”. O Brasil se tornou o 72º membro da OMC a ratificar o Acordo de Facilitação do Comércio.

Leia em:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=14411>



Brasil e EUA negociam medidas de facilitação de comércio

Fonte: MDIC

Data de publicação: 29/03/2016

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, se reúne nesta quinta-feira (31), em Washington, com a secretária de Comércio dos Estados Unidos, Penny Pritzker, para avaliar o andamento da agenda de ampliação do comércio bilateral – que desenvolveu uma série de ações desde fevereiro de 2015, quando da primeira visita do ministro aos EUA –, e discutir os próximos passos para ampliar as medidas de convergência regulatória, harmonização de normas e facilitação de comércio.

Esses foram os temas definidos como essenciais pelas duas partes para impulsionar o comércio Brasil-EUA. O encontro faz parte da estratégia governamental de aprofundar as relações do Brasil com o principal parceiro comercial de produtos manufaturados.

Monteiro chega em Washington na quarta-feira (30) para uma agenda que inclui a reunião da Comissão Conjunta sobre Relações Econômico-Comerciais, mecanismo de diálogo bilateral entre o U.S. Trade Representative (USTR), o MDIC e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), no âmbito do Tratado de Cooperação Econômica e Comercial (ATEC). No mesmo dia, participa de encontro na U.S. Chamber com empresários brasileiros e americanos.

Para Armando Monteiro, o diálogo comercial permanente com os Estados Unidos é estratégico para o Brasil. “A primeira viagem internacional que fiz ao assumir os trabalhos no MDIC foi justamente aos Estados Unidos, por reconhecer a importância e o dinamismo do mercado americano e um grande espaço para crescer nosso comércio bilateral. Tivemos uma agenda intensa em 2015 e avançamos muito nas áreas que estabelecemos como prioritárias com o Departamento de Comércio (DoC) – convergência regulatória e harmonização de normas. Pouco mais de um ano depois, podemos fazer um balanço positivo e estabelecer os próximos passos”.

Leia em:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=14413>



Dólar eleva competitividade de comercializáveis

Fonte: Valor Econômico

Data de publicação: 29/03/2016

A depreciação de quase 33% da taxa de câmbio em 2015 parece, finalmente, estar surtindo efeito sobre os preços de produtos que podem ser trocados com o exterior, com bens industrializados, tornando-os um pouco mais competitivos em relação àqueles que não podem ser trocados- em especial os serviços. Nos 12 meses encerrados em fevereiro, a inflação de bens comercializáveis, que respondem mais à variação do dólar, ficou em 9,45% acima da alta de 8,54% verificada nos bens não comercializáveis.

Leia em:

<http://www.valor.com.br/brasil/4501476/dolar-eleva-competitividade-de-comercializaveis>



Kátia Abreu propõe isenção de PIS/COFINS para importação de milho.

Fonte: Mapa

Data de publicação: 30/03/2016

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) enviou ao Ministério da Fazenda proposta de isenção do PIS/COFINS para a importação de milho. Segundo ela, a medida é necessária devido ao aumento das exportações brasileiras do grão. Por isso, há necessidade de incentivar a importação para abastecer o mercado interno, a fim de não encarecer os custos de produção das carnes suína e de aves, já que o milho é a base na alimentação dos animais.

"O preço de paridade de exportação do milho exerce pressão no preço interno que, aliado à dificuldade do setor produtivo de carne em repassar os acréscimos de custos ao consumidor, recrudescer este cenário", ressalta a ministra no documento, protocolado nessa quarta-feira (29) no Ministério da Fazenda.

Kátia Abreu salienta que a incidência de PIS/COFINS nas importações onera o custo do grão e tem reflexo na formação de preços regionais. Diante disso, considera importante a isenção desses tributos como forma de melhorar o equilíbrio na rentabilidade das cadeias produtivas de carnes e ovos.

O secretário de Política Agrícola do Mapa, André Nassar, reforça a proposta da ministra. "Apesar de não haver problemas de abastecimento nacional, hoje há excedente de milho apenas no Paraná, na Região Centro-Oeste e em algumas áreas de Minas Gerais".

Leia em:

<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/03/katia-abreu-propoe-isencao-de-piscofins-para-importacao-de-milho>



Brasil expõe tecnologia para mineração na Expomin 2016

Fonte: Apex-Brasil

Data de publicação: 29/03/2016

A Expomin 2016 - XIV Mostra e Congresso Mundial para a Mineração Latino-Americana acontece de 25 a 29 de abril, em Santiago do Chile. A indústria brasileira de máquinas e equipamentos para o setor estará representada no evento por 21 empresas, organizadas pelo Programa Brazil Machinery Solutions, parceria entre a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Entre as empresas presentes este ano, 13 estiveram na edição passada, realizada em 2014, conforme noticiado pela Apex-Brasil.

Leia em:

<http://www.apexbrasil.com.br/Noticia/BRASIL-EXPOES-TECNOLOGIA-PARA-MINERACAO-NA-EXPOMIN-2016>